

PETRÓLEO | GÁS | BIOCMBUSTÍVEIS

tn
Petróleo

Ano XXII • 2020 • N° 131 • www.tnpetroleo.com.br

Opinião

Responsabilidade social e sustentabilidade - conceitos úteis na atualidade? de Simone Coelho é diretora da Tessitura – Conhecimento Social, agência especializada em implantação e avaliação de projetos sociais

Perfil Profissional de Ana Zambelli - Ela abraça o desafio

Empresa: Atlanta, o velocino de ouro da Enauta



ESPECIAL: PIONEIRO DE LIBRA



O PIONEIRO FAZ HISTÓRIA

ENTREVISTA ESPECIAL
José Eduardo Vinhaes Gerk,
diretor-presidente da PPSA



PPSA: uma empresa lucrativa

ARTIGOS

O desenvolvimento do pré-sal e o preço do petróleo, por Magda Chambriard

O setor elétrico no contexto da crise do COVID-19, por Ana Karina E. de Souza e Heloísa Zerbinatti Sato

Financiamento de infraestruturas e gasodutos, por Paulo Guardado

PPSA: uma empresa lucrativa

por Beatriz Cardoso

Ela demorou três anos para sair do papel e outros quatro para ‘gerar’ o primeiro óleo para a União. Desde então, a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A., mais conhecida pela sigla PPSA, vem se consolidando como uma das mais lucrativas e bem-sucedidas empresas públicas do país. Responsável pela gestão dos Contratos de Partilha de Produção (em que parte do petróleo extraído fica com a União) e da comercialização de petróleo e gás natural, representando a União nos Acordos de Unitização, a PPSA acumula números que demonstram a ‘força’ da empresa movida a óleo e gás do pré-sal.

Desde o início da produção do campo de Mero (no bloco de Libra), em novembro de 2017 até julho de 2020, os três contratos com produção (de um total de 17 contratos já firmado) somaram um total de 40,6 milhões de barris de petróleo (9,3 milhões somente nos primeiros 6 meses desse ano) e 162 milhões de m³ de gás natural. O que assegurou à União 6,5 milhões de barris de petróleo e 38,6 milhões de m³ de gás natural. Mais ainda: a PPSA já gerou R\$2,31 bilhões em arrecadação, mais R\$1,33 bilhão em royalties e quase R\$900 milhões em tributos (até maio 2020), totalizando mais de 4,6 bilhões.

“É um excelente resultado para uma empresa jovem e que tem cerca de 80 colaboradores (considerando os prestadores de serviço)”, diz o diretor-presidente da PPSA, José Eduardo Vinhaes Gerk, que assumiu o comando em abril de 2019. O engenheiro mecânico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), com mestrado e doutorado em engenharia mecânica pela COPPE/UFRJ e especialização em Engenharia de Petróleo pela Universidade Petrobras, e que soma mais de 30 anos de experiência na indústria de petróleo e gás, fala sobre os resultados da PPSA nessa entrevista exclusiva à **TN Petróleo**. “A empresa é eficiente e dá retorno para a União”, conclui.



Foto: Divulgação PPSA

TN Petróleo - Criada há sete anos (agosto de 2013), a PPSA gerencia hoje 17 contratos de partilha de produção, dos quais há três em produção: Área de Desenvolvimento de Mero (Libra), Entorno de Sapinhoá e Sudoeste de Tartaruga Verde, somando um total de 18 poços interligado a 4 FPSOs. A produção excedente, que vai para a União, em dois anos e meio alcançou 6,5 milhões de barris de petróleo e 38,6 milhões de m³ de gás natural e recursos financeiros da ordem de quase R\$4,7 bilhões. Um resultado que poucas empresas têm capacidade de apresentar aos seus

'acionistas'. No caso, a União. Pode se dizer que a PPSA é efetivamente uma "empresa lucrativa"?

José Eduardo Vinhaes Gerck - Sem dúvida. Do ponto de vista contábil, a empresa nunca deu prejuízo. Mas, no nosso entendimento, o 'lucro' mais significativo é o resultado que apresentamos para a União. Vamos fazer sete anos em novembro e, até o momento, arrecadamos diretamente para a União R\$ 2,41 bilhões com a comercialização de petróleo e gás e as conciliações financeiras decorrentes dos acordos de individualização da produção. Quando falamos em resultados para o país,

se somarmos esta arrecadação aos royalties e impostos federais pagos pelos três contratos que estão em produção, as participações governamentais em contratos sob gestão da PPSA somam cerca de R\$ 4,68 bilhões. É um excelente resultado para uma empresa jovem e que tem cerca de 80 colaboradores (considerando os prestadores de serviço).

Quais os grandes marcos nestes sete anos?

Eu ressaltaria pelo menos três marcos: a assinatura do contrato de Libra, o primeiro em regime de partilha de produção; a primeira



comercialização do óleo da União, de Mero; e a primeira Equalização de Gastos e Volumes, que foi realizada em Entorno de Sapinhoá e arrecadou mais de R\$ 800 milhões. No ano passado tivemos ainda um marco importante que foi o aumento da estrutura da empresa. Quando cheguei, em abril de 2019, tínhamos 44 empregados e uma expectativa de novas demandas, que viriam, principalmente, com o até então previsto Leilão dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa. Conseguimos aumentar o efetivo, adquirimos novas licenças de softwares especialistas e demos continuidade ao nosso plano de transformação digital, que tem como projeto mais expressivo o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP), lançado em março de 2019. Estas conquistas foram fundamentais para que continuássemos cumprindo nossas atribuições de forma eficiente.

Qual a expectativa da PPSA de ter a produção da União aumentada e, conseqüentemente, a arrecadação para a União nos próximos dois anos, frente à crise deflagrada pela pandemia e a queda nos preços do petróleo?

Apesar da pandemia ter causado alguns impactos, principalmente nos planos de exploração de alguns consórcios, aqueles que

já se encontravam na etapa de desenvolvimento da produção conseguiram prosseguir sem grandes atrasos em seus planejamentos originais. Além disso, temos convicção de que os operadores irão trabalhar para eventualmente recuperar seus cronogramas. Paralelamente a tudo isso, os preços do petróleo estão se recuperando e trazendo algum incentivo adicional. E, por fim, há a expectativa de assinarmos, até o final do ano, o acordo de coparticipação de Búzios, que dará cerca de 6 mil barris de petróleo por dia adicionais à União. A tendência, portanto, em dois anos, continua sendo positiva em relação à arrecadação.

E quanto aos Acordos de Individualização da Produção (AIP), que geram recursos a partir das conciliações financeiras (Equalização de Gastos e Volumes)? Já foram celebrados sete AIPs. Quais foram os principais desafios nessa conciliação e a aprendizagem adquirida?

Os recursos recebidos em uma Equalização de Gastos e Volumes são resultantes de conciliação financeira entre a receita do petróleo e gás natural que a União teve direito e a dedução das despesas incorridas no período, considerando o percentual de participação na jazida. Quando fizemos as primeiras equalizações, tivemos várias dis-

cussões sobre quais itens deveriam ser considerados dentro da base de gastos. O desafio foi a criação do modelo. Uma vez que acertamos a modelagem, levamos esta lição aprendida para os demais acordos, que foram realizados com base nesse entendimento sem maiores dificuldades.

O que representaram, em números e resultados, esses AIPs para a União?

Para a União, as conciliações financeiras geraram uma arrecadação de R\$ 1,3 bi até o momento.

Há quatro AIPs em andamento (Carcará, Gato do Mato, Forno e Sagitário). E outros 13 casos potenciais em avaliação. Quais são e em que bacias? Quais as expectativas de AIPs até o final do ano?

Temos sete AIPs assinados. Com exceção de Mero, todos estão aprovados pela ANP. Temos outros 13 AIPs em avaliação, sendo que Jubarte, na Bacia de Campos, e Bacalhau (Carcará) e Sul do Gato do Mato, na Bacia de Santos, estão com negociações mais adiantadas. Nossa expectativa é concluir estes acordos em 2021. Para este ano, temos a expectativa de ter aprovado, pela ANP, o AIP de Mero.

E os contratos de comercialização de petróleo e gás com a Petrobras?

Carregamento do quinhão de óleo da União comercializado em leilão			
Mês do carregamento	Quantidade de barris	Área / Campo	Comprador
Janeiro - 2019	500.000	Mero	Petrobras
Maio - 2019	500.000	Mero	Petrobras
Agosto - 2019	500.000	Mero	Petrobras
Novembro 2019	500.000	Mero	Petrobras
Dezembro 2019	630.000	Entorno de Sapinhoá	Petrobras
Fevereiro 2020	500.000	Mero	Petrobras
Junho 2020	500.000	Mero	Petrobras
Julho 2020	858.000	Entorno de Sapinhoá	Petrobras

Quais os volumes já comercializados pela PPSA e qual a expectativa para os próximos anos?

Estamos comercializando o petróleo de Mero e Sapinhoá para a Petrobras, conforme venda realizada no leilão que fizemos na B3 em 2018. Também comercializamos o gás de Lula, Entorno de Sapinhoá e Tartaruga Verde Sudoeste para a Petrobras. Estamos avaliando alternativas de comercialização para o futuro. Até julho, comercializamos cerca de 4,4 milhões de barris de petróleo. Para o próximo ano vamos seguir comercializando o petróleo de Mero e Entorno de Sapinhoá e devemos ter óleo também de Tartaruga Verde Sudoeste, Búzios e de Lula.

A PPSA tinha em meados de 2019 pouco mais de 40 funcionários. Havia expectativa de ampliar o quadro. Quais são os números atuais e quais as expectativas? Quando você acha que a demanda colocará em situação crítica a capacidade de atendimento, se começar a produção de outros contratos?

Não vislumbramos nenhuma situação crítica em relação à nossa capacidade de atendimento. Hoje temos um efetivo de cerca de 80 pessoas, além dos quatro diretores. Mesmo considerando a possibilidade de novos contratos, esse



efetivo permite que a empresa continue cumprindo regularmente suas atribuições até pelo menos 2022, quando é a nossa previsão de ingresso de profissionais por concurso público.

Hoje, qual a situação dos contratos de cessão onerosa: já há definição quanto às compensações financeiras que serão dadas a Petrobras em relação aos volumes excedentes das áreas de Sépia e Atapu? Quais os valores da compensação?

Ainda não. Estamos finalizando a avaliação e a referida negociação concernentes às participações do contrato de partilha de produção e do contrato de cessão onerosa nas futuras áreas coparticipadas dos

Campos de Sépia e Atapu. Esperamos que até o final do ano apresentemos não só os valores dessas participações, mas também aqueles das respectivas compensações ao Ministério de Minas e Energia. Esta atribuição foi consignada à PPSA pela Portaria MME nº 23/2020, como consequência de determinação do TCU no Acórdão 2430/2020. Por último: o senhor acredita que a PPSA está na pauta de privatizações ou é uma empresa rentável para o Governo e deve ser mantida? José Eduardo Vinhaes Gerk - A empresa é eficiente e dá retorno para a União. Manter ou não a companhia é uma decisão do governo. Estamos trabalhando com o mesmo empenho para seguir maximizando os resultados econômicos dos contratos de partilha de produção para a União.

O que você acredita que deixará como legado de sua gestão?

Que a PPSA seja reconhecida, na qualidade de sócia dos consórcios, pela eficiência na gestão e viabilização econômica dos projetos, conciliando os interesses da União com o avanço da indústria nacional e o desenvolvimento social. Ou seja, que nosso legado, meu e da diretoria executiva, seja, exatamente, a concretização do que hoje temos estabelecida como Visão da companhia.

Linha do tempo

2010

2 de agosto - sancionada a Lei Nº 12.304, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)

22 de dezembro - sancionada a Lei Nº 12.351, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal

2012

30 de novembro - sancionada a Lei Nº 12.734, que estipula novas regras de distribuições de Royalties e Participação Especial entre os entes federativos e fixa a alíquota de Royalties no regime de Partilha de Produção.

2013

1º de agosto - Decreto Nº 8.063, cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.

21 de outubro - A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) realiza a 1ª Rodada de Partilha de Produção, na qual o bloco de Libra é arrematado pela Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC, com bônus de assinatura de R\$15 bilhões e 41,65% de excedente de óleo para a União.

Contratos vigentes na PPSA

Área	Rodada	Operador	Consorticiados	Excedente em óleo da União
Libra	1	Petrobras (40%)	Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%), CNOOC (10%)	41,65%
Sul de Gato do Mato	2	Shell (50%)	Ecopetrol (30%), Total (20%)	11,53%
Entorno de Sapinhoá	2	Petrobras (45%)	Shell (30%), Repsol (25%)	80%
Norte de Carcará	2	Equinor (40%)	ExxonMobil (40%), Petrogal (20%)	67,12%
Peroba	3	Petrobras (40%)	BP (40%), CNODC Brasil (20%)	76,96%
Alto de Cabo Frio Oeste	3	Shell (55%)	QPI (25%), CNOOC (20%)	22,87%
Alto de Cabo Frio Central	3	Petrobras (50%)	BP (50%)	75,80%
Uirapuru	4	Petrobras (30%)	ExxonMobil (28%), Equinor (28%), Petrogal (14%)	75,49%



Área	Rodada	Operador	Consoiciados	Excedente em óleo da União
Dois Irmãos	4	Petrobras (45%)	BP (30%), Equinor (25%)	16,43%
Três Marias	4	Petrobras (30%)	Shell (40%), Chevron (30%)	49,95%
Saturno	5	Shell Brasil (45%)	Chevron Brasil (45%), Ecopetrol (10%)	70,20%
Titã	5	ExxonMobil Brasil (64%)	QPI Brasil (36%)	23,49%
Pau-Brasil	5	BP Energy (50%)	CNOOC (30%) e Ecopetrol (20%)	63,79%
Sudoeste de Tartaruga Verde	5	Petrobras (100%)	Petrobras (100%)	10,01%
Búzios	Excedente da Cessão Onerosa	Petrobras (90%)	CNODC Brasil (5%) e CNOOC Petroleum (5%)	23,24%
Itapu	Excedente da Cessão Onerosa	Petrobras (100%)	Petrobras (100%)	18,15%
Aram	6	Petrobras (80%)	CNODC Brasil (20%)	29,96%